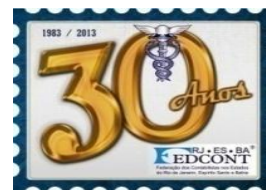




BOLETIM Nº 259 – ANO VI 13 de Maio de 2016



Governo federal atualiza “lista suja” do trabalho escravo.

O governo federal atualizou as regras e critérios para entrada no Cadastro de Empregadores flagrados com mão de obra análoga à de escravo. A portaria, assinada nesta quarta-feira (11), pelos ministros Miguel Rossetto (Trabalho e Previdência) e Nilma Lino Gomes (Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos) também define a possibilidade de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com a União para qualificar as relações de trabalho e colocar em prática medidas preventivas e de reparação.

Com a nova portaria, a entrada na “lista suja” do trabalho escravo, como ficou conhecido o cadastro, fica vinculada à aplicação de um auto infração específico para condições análogas às de escravo. Antes, o empregador poderia ser incluído se comprovada, por exemplo, a existência de condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva, além do trabalho forçado.

A portaria, segundo o ministro Miguel Rossetto, estimula relações diferenciadas de trabalho e cria regras para que as empresas responsabilizadas sejam conhecidas e respondam pela conduta ilegal. “Infelizmente, várias regiões rurais e urbanas ainda convivem com essa prática inaceitável em um país que luta por mais cidadania e mais direitos. Trabalho escravo nunca mais neste país”, declarou.

A ministra Nilma Lino Gomes apontou que “o direito ao trabalho é um direito humano”, por isso, a portaria foi assinada pelos dois ministros. Nilma destacou também que a nova regra atualiza os critérios para saída das empresas da lista. Antes, o empregador ficava inserido no cadastro por dois anos, até regularizar a situação no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Agora, pode assinar um acordo com a União, se comprometer a melhorar as condições de trabalho no negócio, e caso cumpra as exigências, pedir a exclusão de seu nome da lista após um ano.

O Ministério do Trabalho e Previdência será o responsável por acompanhar o cumprimento das exigências firmadas no acordo.

A “lista suja” está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal desde dezembro de 2014 e não tem previsão de nova publicação.

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social, 12.05.2016 e Clipping de Notícias Granadeiro 12/05/2016

Ministério do Trabalho e Previdência Social , atendendo demandas das Entidades Sindicais , disponibiliza consulta on line sobre numero de acidentes de trabalho

Dieese informa que o Ministério do Trabalho e Previdência Social, atendendo demandas das entidades sindicais e preceitos legais sobre transparência das informações da Previdência Social, está disponibilizando dados sobre acidentalidade por CNPJ.

Esta ação foi estabelecida por portaria do MTPS publicada no Diário Oficial da União 573, em 6 de maio de 2016.

Para acessar os dados, foi desenvolvida ferramenta de pesquisa on line sobre o número de acidentes de trabalho por estabelecimento empresarial. Com essa funcionalidade no site, digitando o CNPJ do estabelecimento empresarial no campo de consulta, o cidadão, as empresas e as respectivas entidades sindicais terão acesso à frequência absoluta e relativa de acidentes de trabalho e aos benefícios deles decorrentes.

As informações disponibilizadas são as seguintes:

- CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho;
- Auxílio-Doença por Acidente de Trabalho;
- Aposentadoria Invalidez - Acidente de Trabalho;
- Pensão por Morte por Acidente de Trabalho;
- Auxílio-Acidente - Acidente de Trabalho.

Os dados estão disponíveis em

<http://acidentalidade.mtps.gov.br/inter/acidentalidade/view/consultarempresas/main.seam>

FONTE: E-mail Dieese 12/05/2016

Presidente Michel Temer dirige uma palavra à Nação

Em seu primeiro pronunciamento como presidente interino do Brasil, Michel Temer ressaltou sua confiança nos valores que formam o caráter de dos brasileiros, na vitalidade da nossa democracia, na recuperação da economia nacional, nos potenciais do país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de enfrentar os desafios deste momento de grandes dificuldades.

“É urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional”, disse Temer, convocando partidos políticos, lideranças, entidades organizadas e o povo brasileiro para tirar o país da grave crise em que se encontra.

“Ninguém, individualmente, tem as melhores receitas para as reformas que precisamos realizar, mas nós, Governo, Parlamento e sociedade, juntos, as encontraremos”, destacou o presidente, convicto da necessidade de resgatar a credibilidade do Brasil no cenário interno e internacional, para que empresários e trabalhadores se entusiasmem e retomem seus investimentos e empregos.

Segundo o presidente, um projeto que garanta plena empregabilidade exige, no entanto, aplicação e consolidação de projetos sociais. “Portanto, reafirmo: vamos manter os programas sociais. O Bolsa Família, o Pronatec, o Fies, o Prouni e o Minha Casa Minha Vida, entre outros, são projetos que deram certo e, portanto, terão sua gestão aprimorada”.

Temer disse também que seu compromisso com reformas necessárias não alterará, de forma alguma, direitos adquiridos pelos cidadãos. Além disso, a agenda de reformas será balizada pelo diálogo e conjugação de esforços.

“Queremos uma base parlamentar sólida, que nos permita conversar com a classe política e também com a sociedade. É preciso governabilidade. E governabilidade exige aprovação popular ao próprio governo. A classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do país. Todos os nossos esforços estarão centrados na melhoria dos processos administrativos, o que demandará maior eficácia da máquina governamental”, afirmou.

O presidente falou da busca permanente dos instrumentos de controle e apuração de desvios, destacando a operação Lava Jato. “A Lava Jato tornou-se referência e, como tal, deve ter prosseguimento e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la”.

Michel Temer disse que um dos maiores desafios de seu governo será reequilibrar as contas públicas e tornar o Estado mais eficiente. “A primeira medida na linha desta redução está aqui representada: eliminamos vários ministérios. E o governo não vai parar por aí: já estão encomendados estudos para eliminar cargos comissionados desnecessários, sabidamente na casa dos milhares. Como um parênteses, quero anunciar que serão mantidas todas as garantias que a direção do Banco Central hoje desfruta para fortalecer sua atuação como condutora da política monetária e cambial”.

Temer reconheceu que tem pouco tempo, mas o suficiente para fazer as reformas que o Brasil precisa. “Não falaremos em crise: trabalharemos. O nosso lema é Ordem e Progresso. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual. Peço a Deus que nos abençoe a todos. A mim, aos congressistas, aos membros do poder judiciário e ao povo brasileiro, para estarmos sempre à altura dos desafios. E aos brasileiros para que em breve tempo possamos agradecer a Ele pelo trabalho que, a partir de agora, será feito. Muito obrigado e melhores dias para o Brasil.”

Antes de seu pronunciamento, Temer empossou os ministros do novo governo:

Gilberto Kassab, **MINISTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Raul Jungmann, **MINISTRO DA DEFESA**

Romero Jucá, **PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

Geddel Vieira Lima, **MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO**

Sérgio Etchegoyen, **MINISTRO-CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

Bruno Araújo, **MINISTRO DAS CIDADES**

Blairo Maggi, **MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Henrique Meirelles, **MINISTRO DA FAZENDA**

Mendonça Filho, **MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Eliseu Padilha, **MINISTRO-CHEFE DA CASA CIVIL**

Osmar Terra, **MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**

Leonardo Picciani, **MINISTRO DO ESPORTE**

Ricardo Barros, **MINISTRO DA SAÚDE**

José Sarney Filho, **MINISTRO DO MEIO AMBIENTE**

Henrique Alves, **MINISTRO DO TURISMO**

José Serra, **MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Ronaldo Nogueira de Oliveira, **MINISTRO DO TRABALHO**

Alexandre de Moraes, **MINISTRO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**

Mauricio Quintella, **MINISTRO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**

Fabiano Augusto Martins Silveira, **MINISTRO DA FISCALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE (EX-CGU)**

Fábio Osório Medina, **AGU**

Marcos Pereira, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.**

FONTE: Blog do Planalto 12/05/2016

“A democracia é o lado certo. Jamais desistirei de lutar”, afirma Dilma após afastamento pelo Senado

A presidenta Dilma Rousseff garantiu, em pronunciamento à nação nesta quinta-feira (12), que continuará lutando por seu mandato e contra o que classifica como golpe contra a democracia, após a abertura do processo de impeachment pelo Senado Federal. Dilma reafirmou que não cometeu crime de responsabilidade e qualificou o processo em curso como uma *“farsa política e jurídica”*.

“O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato, que pretendo defender e honrar até o último dia. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição”, disse Dilma, que destacou ter sido eleita por mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

“A história é feita de luta e sempre vale a pena lutar pela democracia. A democracia é o lado certo da história. Jamais desistirei de lutar”.

Afastada temporariamente do cargo, Dilma lembrou que ainda há uma árdua batalha a ser enfrentada nos próximos 180 dias, e convocou a população a defender o restabelecimento da ordem democrática. *“Aos brasileiros que se opõem ao golpe, independentemente de posições partidárias, faço um convite: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz. A luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante”,* disse.

No pronunciamento, Dilma voltou a alertar para o risco de retrocesso nos avanços sociais conquistados nos últimos 13 anos, em especial para as populações mais pobres e de classe média, citando especificamente a política de valorização do salário mínimo, a inclusão dos

jovens no ensino superior, a ampliação do atendimento de saúde e a conquista da casa própria.

A presidenta advertiu que um governo ilegítimo, ungido por uma “*eleição indireta*” travestida de impeachment, será um “*entrave às soluções que o País necessita*” e “*a grande razão para a continuidade da crise*”. “*O maior risco para o País nesse momento é ser dirigido por um governo sem voto, um governo que não foi eleito pela manifestação direta da população, não terá a legitimidade para propor e implementar soluções para os desafios que o País enfrenta*”, afirmou

Sabotagem e injustiça

No depoimento ao País, Dilma reiterou que seu segundo governo foi alvo de “*intensa e incessante sabotagem*” por forças políticas que não aceitaram a derrota nas urnas em 2014. “*Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu a recontagem dos votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente pelo impeachment. Os derrotados mergulharam o País em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com um único objetivo: de tomar a força o que não conquistaram nas urnas*”, criticou.

A presidenta reforçou que não há razão para impeachment e que os questionamentos a decisões de política orçamentária são impropriedades e meros pretextos para tirar seu mandato. “*Acusam-me de ter editado seis decretos de crédito suplementar e, ao fazê-lo, ter cometido crime contra a Lei Orçamentária. É falso, pois os decretos seguiram autorizações previstas na lei*”, disse Dilma, negando também que tenham existido irregularidades na condução do Plano Safra.

“*Não tenho contas no exterior, nunca recebi propinas, jamais compactuei com a corrupção*”, acrescentou Dilma, que disse ser atacada por nunca ter aceitado chantagem. “*Este é um processo frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. É a maior das brutalidades que pode ser cometida contra qualquer ser humano: puni-lo por um crime que não cometeu*”.

Ao lembrar do sofrimento da tortura vivida na ditadura militar e do câncer que teve de superar em 2010, Dilma lamentou estar sendo novamente vítima de uma injustiça. “*Mas não esmoreço*”, reagiu. “*Olho para trás e vejo tudo o que fizemos; olho para a frente e vejo tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos*”, adicionou.

Dilma, por fim, recordou seu histórico de luta pela democracia no País e demonstrou confiança na capacidade de resistência do povo brasileiro, demonstrada nos últimos meses, em manifestações pelo País “*em defesa de mais direitos e mais avanços*”. “*É por isso que tenho certeza de que a população dirá ‘não’ ao golpe*”, afirmou.

FONTE: Blog do Planalto 12/05/2016

Filiado a :

